

546-20h30 - 22/03/17 - CMB

#




Presidente

Estado do Pará
CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM

Vereador
Amaury
da APPD

PROJETO DE LEI Nº

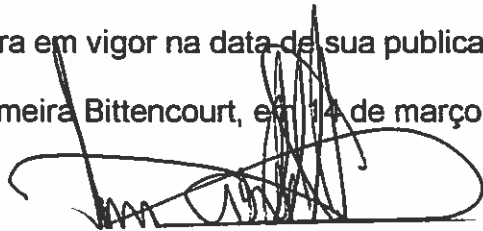
Torna obrigatório como tema transversal a História da Cabanagem, nas escolas municipais de ensino fundamental.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM ESTATUI E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Torna obrigatório como tema transversal a História da Cabanagem, nas escolas municipais de ensino fundamental.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Salão Plenário Lameira Bittencourt, em 14 de março de 2017.



Vereador Amaury da APPD

Partido dos Trabalhadores

21



Estado do Pará
CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM

Vereador
Amaury
da APPD

JUSTIFICATIVA

A Cabanagem é uma das mais importantes páginas de nossa história, e infelizmente não é parte do estudo em nossas escolas.

Consideramos então que se faz necessário preencher esta lacuna, colocando a história da Cabanagem como tema Transversal; ressalte-se, que não gera quaisquer despesas para o município, estando ainda a proposta amparada pela LDB, em seu artigo 11, e pela Constituição Federal em artigo 211, § 2º.

Na seqüência apresentamos parte do relatório do Ministro do Supremo Tribunal Federal, quando do agravo nº 639.337 - São Paulo, que relata:

"Os Municípios – que atuarão, prioritariamente, no ensino fundamental e na educação infantil (CF, art. 211, § 2º) – não poderão demitir-se do mandato constitucional, juridicamente vinculante, que lhes foi outorgado pelo art. 208, IV, da Lei Fundamental da República, e que representa fator de limitação da discricionariedade político-administrativa dos entes municipais, cujas opções, tratando-se do atendimento das crianças em creche (CF, art. 208, IV), não podem ser exercidas de modo a comprometer, com apoio em juízo de simples conveniência ou de mera oportunidade, a eficácia desse direito básico de índole social."

Assim sendo, peço a aprovação deste projeto.



Estado do Pará
CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM

Vereador
Amaury
da APPD

JUSTIFICATIVA

Cabanagem

Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre.

Cabanagem foi uma revolta social ocorrida no Império do Brasil, na então província do Grão-Pará, estendendo-se de janeiro de 1835 a 1840, durante o período regencial brasileiro. Marcado por um cenário de pobreza extrema, fome e doenças, o conflito existiu muito devido à irrelevância política à qual a província foi relegada ao Príncipe Regente após a Independência do Brasil. Dado o seu saldo de mortos exorbitante e a chacina de povos promovida pela coroa, a Cabanagem é um dos maiores conflitos já ocorridos na história do país.

Nos antecedentes da revolta, havia uma mobilização da província do Grão-Pará para expulsar forças reacionárias que desejavam manter a região como colônia portuguesa. Muitos líderes locais da elite fazendeira, ressentidos pela falta de participação política nas decisões do governo brasileiro centralizador, também contribuíam com o clima de insatisfação após a instalação do governo provincial.¹

A revolta teve início em 6 de janeiro de 1835 quando o quartel e o palácio do governo de Belém foram tomados por tapuios, cabanos, negros e índios liderados por Antônio Vinagre. O então presidente da província foi assassinado e instituiu-se um novo presidente, Clemente Malcher; a tomada de poder promoveu uma apoderação de material bélico por parte dos grupos revolucionários. Malcher, no entanto, mais identificado com as classes dominantes, foi rapidamente deposto.¹ Sucedeu-se um conflito entre as tropas dele e as do líder dos cabanos, Eduardo Angelim, tendo estas saído vitoriosas. O frágil e instável controle cabano do Grão-Pará durou cerca de dez meses.

O império, então, nomeou por si um novo presidente, o barão de Caçapava, e, frente a essa afronta às tendências centralizadoras do governo central, bombardeou impiedosamente Belém. A deposição dos cabanos do poder foi rápida, porém, como muitos deles, mesmo fora do poder, continuaram a lutar, o império usou de seu poderio militar para sufocar a revolta e, até 1840, promoveu um extermínio em massa da

população paraense. Estima-se que cerca de 30 a 40% da população de 100 mil habitantes do Grão-Pará tenha morrido no conflito.¹

História

Após a independência do Brasil, a província do Grão-Pará (atual estado do Pará-PA, na região norte do Brasil) mobilizou-se para expulsar as forças reacionárias que pretendiam manter a região como colônia de Portugal. Nessa luta, que se arrastou por vários anos, destacaram-se as figuras do cônego e jornalista João Batista Gonçalves Campos, dos irmãos Vinagre e do fazendeiro Félix Clemente Malcher. Formaram-se diversos mocambos de escravos foragidos e eram frequentes as rebeliões militares. Terminada a luta pela escravidão e instalado o governo provincial, os líderes locais foram marginalizados do poder. A elite fazendeira do Grão-Pará, embora com melhores condições, ressentia-se da falta de participação nas decisões do governo central, dominado pelas províncias do Sudeste e do Nordeste.¹

Em julho de 1831, uma rebelião na guarnição militar de Belém do Pará resultou na prisão de Batista Campos, uma das lideranças implicadas. A indignação do povo cresceu, e em 1833 já se falava em criar uma federação. O presidente da província, Bernardo Lobo de Sousa, desencadeou uma política repressora, na tentativa de conter os inconformados. O clímax foi atingido em 1834, quando Batista Campos publicou uma carta do bispo do Pará, Romualdo de Sousa Coelho, criticando alguns políticos da província. Por não ter sido autorizada pelo governo da Província, o cônego foi perseguido, refugiando-se na fazenda de seu amigo Clemente Malcher. Reunindo-se aos irmãos Vinagre (Manuel, Francisco Pedro e Antônio) e ao seringueiro e jornalista Eduardo Angelim reuniram um contingente de rebeldes na fazenda de Malcher. Antes de serem atacados por tropas governistas, abandonaram a fazenda. Contudo, no dia 3 de novembro, as tropas conseguiram matar Manuel Vinagre e prender Malcher e outros rebeldes. Batista Campos morreu no último dia do ano, ao que tudo indica de uma infecção causada por um corte que sofreu ao fazer a barba.

O movimento[\[editar | editar código-fonte\]](#)